

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA
2015/2016

TURMA A:

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PAZ FERREIRA
PROFESSOR DOUTOR RENATO GONÇALVES
PROFESSOR DOUTOR NUNO CUNHA RODRIGUES
PROFESSOR DOUTOR MIGUEL SOUSA FERRO
PROFESSOR DOUTOR MARCO CAPITÃO FERREIRA

PROGRAMA

I. Introdução

1. Apresentação da cadeira
 - 1.1. Porquê estudar Direito da União Europeia
 - 1.2. Programa da cadeira
 - 1.3. Materiais de estudo
 - 1.4. Aulas práticas
 - 1.5. Avaliação

2. Cooperação intergovernamental e integração
 - 2.1. Teorias da integração económica
 - 2.2. Cooperação v. integração: teoria política
 - 2.3. Organizações europeias intergovernamentais: OCDE, Conselho da Europa...
 - 2.4. Integração e cooperação no seio da União Europeia: os três pilares da UE e sua evolução
 - 2.5. Natureza jurídica da União Europeia

**II. História, enquadramento geral e ponto da situação da
integração europeia**

3. Pré-história da integração europeia: impérios e sonhos

4. Projeto de integração europeia

- 4.1. Contextualização histórica e económica**
- 4.2. CECA**
- 4.3. Comunidade Europeia de Defesa**
- 4.4. Comunidade Europeia de Energia Atómica**
- 4.5. CEE**

5. Evolução dos tratados

- 5.1. Tratados originais**
- 5.2. Tratado de fusão**
- 5.3. Ato Único Europeu**
- 5.4. Tratado de Maastricht**
- 5.5. Tratado de Amesterdão**
- 5.6. Tratado de Nice**
- 5.7. (Constituição para a Europa)**
- 5.8. Tratado de Lisboa**

6. Alargamentos da União Europeia

- 6.1. Os alargamentos oficiais, suas vicissitudes e contrapartidas**
- 6.2. A redução do território da UE**
- 6.3. O alargamento silencioso**
- 6.4. Anteriores e atuais pedidos de adesão**
- 6.5. Relação da UE com a Associação Europeia de Livre Comércio**

III. Introdução ao sistema institucional da UE

7. As instituições da UE e sua evolução

- 7.1. Comissão Europeia**
 - 7.1.1. Composição e modo de nomeação**
 - 7.1.2. Independência**
 - 7.1.3. Poderes**
 - 7.1.4. Monopólio de iniciativa legislativa**
 - 7.1.5. Guardiã dos Tratados**
 - 7.1.6. Organização e funcionamento**
 - 7.1.7. O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros**
- 7.2. Conselho Europeu**
 - 7.2.1. Composição e evolução histórica**
 - 7.2.2. Poderes e funções**

- 7.3. Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros)**
 - 7.3.1. Composição e formações**
 - 7.3.2. Poderes e funções**
 - 7.3.3. Regras de deliberação**
- 7.4. Parlamento Europeu**
 - 7.4.1. Composição e evolução histórica**
 - 7.4.2. Poderes e funções**
- 7.5. Tribunal de Justiça da União Europeia**
 - 7.5.1. Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e Tribunal da Função Pública**
 - 7.5.2. Composição dos tribunais**
 - 7.5.3. Competência do Tribunal Geral**
 - 7.5.4. Competência do Tribunal de Justiça**
- 7.6. Banco Central Europeu**
 - 7.6.1. O BCE e o Sistema Europeu de Bancos Centrais**
 - 7.6.2. Composição e independência**
 - 7.6.3. Funções monetárias e consultivas**
- 7.7. Outras instituições e órgãos – breve referência**
 - 7.7.1. Tribunal de Contas Europeu**
 - 7.7.2. Comité Económico-Social e Comité das Regiões**
 - 7.7.3. Provedor de Justiça e Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)**
 - 7.7.4. Banco Europeu de Investimento**
 - 7.7.5. Serviço de ação externa**
 - 7.7.6. Agências europeias**

IV. O Direito da UE – princípios e fontes

8. Princípios fundamentais da União Europeia

- 8.1. Princípio democrático**
- 8.2. Princípio da liberdade económica**
- 8.3. Princípio da coesão económica e social e solidariedade**
- 8.4. Princípio da não discriminação**
- 8.5. Princípio da cooperação leal**
- 8.6. Princípio da especialidade**
- 8.7. Princípio da subsidiariedade**
- 8.8. Competências exclusivas, partilhadas e de apoio: delimitação constitucional da transferência de soberania dos Estados-membros**

9. Fontes do Direito da UE

- 9.1. Direito primário**
 - 9.1.1. Tratados europeus e protocolos**
 - 9.1.2. Processo de revisão dos tratados**
- 9.2. Direito secundário: atos nominados e inominados**
- 9.3. Regulamentos**
 - 9.3.1. Aplicabilidade direta e imediata**
 - 9.3.2. Consequências na ordem jurídica nacional**
- 9.4. Diretivas**
 - 9.4.1. Força obrigatória e destinatários**
 - 9.4.2. Liberdade de escolha de meios e formas de transposição**
 - 9.4.3. Efeito direto vertical ascendente**
- 9.5. Decisões**
- 9.6. Princípios gerais de direito**
- 9.7. Direito internacional**
 - 9.7.1. Tratados celebrados pela União com terceiros**
 - 9.7.2. Tratados celebrados pelos Estados membros entre si ou com terceiros**
 - 9.7.3. Atos de organizações internacionais**
- 9.8. Acordos interinstitucionais**
- 9.9. Jurisprudência**
- 9.10. Doutrina**

10. Primado do Direito da UE

- 10.1. Origem jurisprudencial do primado**
- 10.2. Fundamento**
- 10.3. Âmbito**
- 10.4. Consequências na ordem jurídica interna**
- 10.5. O primado e o direito constitucional**
- 10.6. O limite do primado**

11. Aplicabilidade direta e efeito direto

- 11.1. Aplicabilidade direta de regulamentos e decisões**
 - 11.1.1. Importância e consequências**
 - 11.1.2. Proibição de normas nacionais sobrepostas**
- 11.2. Efeito direto de normas dos Tratados e de Diretivas**
 - 11.2.1. Origem jurisprudencial do efeito direto**
 - 11.2.2. Requisitos do efeito direto**
 - 11.2.3. Efeito direto vertical ascendente**

- 11.2.4. Ausência de efeito direto horizontal e modos de colmatar esta lacuna
- 11.2.5. Conceito amplo de Estado

V. Garantia jurisdicional do Direito da UE

12. Tribunais nacionais como tribunais comuns da UE

- 12.1. Obrigação de aplicação do Direito da UE pelos tribunais nacionais
- 12.2. Exemplos de contextos em que pode ser invocado o Direito da UE perante tribunais nacionais
- 12.3. Cooperação entre tribunais nacionais e a Comissão Europeia
- 12.4. Relação entre tribunais nacionais e o TJUE
- 12.5. Mecanismo das questões prejudiciais (processo de reenvio)

13. Contencioso perante o TJUE e TGUE

- 13.1. Ação por incumprimento
- 13.2. Recurso de anulação
- 13.3. Recurso por omissão
- 13.4. Ação de indemnização

VII. Liberdades de circulação de mercadorias, serviços e capitais e cidadania

14. Liberdade de circulação de mercadorias

- 14.1. Abolição de tarifas e impostos à circulação interna
- 14.2. Medidas de efeito equivalente
- 14.3. Exceções – restrições permitidas
- 14.4. Desenvolvimento jurisprudencial

15. Liberdade de circulação de serviços

- 15.1. Conceito de serviço, prestador de serviços e beneficiário de serviço
- 15.2. Direito primário da livre circulação de serviços
- 15.3. Diretiva Bolkenstein
- 15.4. A liberdade de prestação de serviços por advogados

16. Liberdade de circulação de capitais – breve referência

17. Cidadania europeia e liberdades económicas

18.Schengen e Europa Social

VIII. União Económica e Monetária

19.A UEM

- 19.1. Introdução histórica**
- 19.2. Mecanismos fundamentais da União Económica**
- 19.3. Mecanismos fundamentais da União Monetária: o Euro**
- 19.4. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e suas revisões**
- 19.5. O Tratado Orçamental**
- 19.6. A regulamentação europeia de âmbito orçamental: o *six-pack e o two-pack***

IX. Política de concorrência

20.Introdução ao direito europeu da concorrência

- 20.1. Práticas anticoncorrenciais coletivas**
- 20.2. Práticas anticoncorrenciais unilaterais**
- 20.3. Relação com direito nacional da concorrência**
- 20.4. Esquema institucional de aplicação**

21.Regime dos auxílios de Estado

- 21.1. Justificação e objetivos do regime**
- 21.2. Normas primárias e secundárias**
- 21.3. Proibição, exceções e isenções**
- 21.4. Procedimento de controlo de auxílios de Estado**
- 21.5. Consequências da atribuição ilegal de auxílios de Estado e mecanismos de reação dos particulares**